



RESENHA

UMA IRLANDA PÓS- HUMANA? O NOVO MATERIALISMO E SUAS APLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA COLONIAL

Contato
Departamento de História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Cora Coralina 100
13083-896 – Campinas – São Paulo – Brasil
vin.maric@gmail.com

 Vinicius Marino Carvalho¹
Universidade Estadual de Campinas
Campinas – São Paulo – Brasil

Resenha do livro: TAYLOR, Colleen. *Irish Materialisms: The Nonhuman and the Making of Colonial Ireland, 1690-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2023, 254 páginas.

Eco crítica é o estudo das relações entre a produção cultural humana e o mundo físico (GARRAD, 2006). A perspectiva impõe demandas complexas à prática da História, notadamente, o imperativo da incorporação do não humano a esquemas antropocêntricos de concepção do mundo. Como abranger animais, entidades inanimadas – e o que mais viermos a considerar como “natureza” – dentro das balizas de uma disciplina que se define como a ciência dos humanos no tempo? (BLOCH, 2002 [1949], p. 55). Há espaço na disciplina para uma agência das coisas que não as trate simplesmente como recursos, obstáculos ou subprodutos do engenho humano? Que espécie de contribuição a História será capaz de oferecer para levar a cabo

¹ Pós-doutorando no Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processo nº 2024/06824-0). Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Centro de Estudos sobre Diversidade Antiga (CEDA), Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE).

uma mudança de paradigma – intelectual e prático – que nos capacite diante dos agenciamentos mais-que-humanos do Antropoceno?

O Novo Materialismo é uma das perspectivas teóricas concebidas para refletir sobre essas questões. Inspirada pelas obras de autoras como Donna Haraway (1988), Karen Barad (2003), Jane Bennett (2010), Serenella Iovino e Serpil Oppermann (2014), ela questiona não apenas o papel das coisas como objetos de processos humanos, mas a própria noção de ‘objeto’ em favor das relações intersubjetivas (i.e. de sujeito para sujeito); de interação em favor de “intra-ação” (que não presume uma distinção rígida entre ações e entidades que as executam (cf. BARAD, 2003, p. 815), e de binômios rígidos como “humano” *versus* “natural” em favor de agenciamentos mais-que-humanos, em que causas para processos históricos são distribuídas em uma malha diversa de fatores humanos e não humanos. Em última instância, o que está em jogo é uma revisão do construtivismo do *Linguistic Turn*: a premissa de que temos acesso a discursos sobre as coisas, mas não às coisas em si – amiúde acompanhada do julgamento de que tais discursos são mais importantes que as próprias coisas, pois são as convenções culturais humanas que lhes proporcionam sentido, e não o contrário (cf. SCHOUWENBURG, 2015).

Não se trata de uma inversão fácil de aceitar. Mais difícil ainda, é defendê-la com exemplos concretos, capazes de persuadir historiadores habituados ao antropocentrismo inerente à disciplina. *Irish Materialisms: The Nonhuman and the Making of Colonial Ireland, 1690-1830*, de Colleen Taylor, busca fornecer essa justificativa. A partir de uma análise aprofundada das *affordances* materiais – na definição de James Gibson (2014, p. 119), aquilo que “o ambiente *oferece* ao animal, o que *providencia* ou *fornece*, seja para o bem ou para o mal” – da experiência colonial na Irlanda, Taylor fornece um modelo de análise que pode, em tese, ser seguido por interessados nas relações agentes e ambiente em outros contextos históricos.

O argumento central de seu livro procede da seguinte maneira. Vivemos em um mundo semiótico, como décadas de historiografia pós-*Linguistic Turn* nos ensinaram. Não obstante, ideias abstratas, por si só, não dão conta de tornar inteligível a totalidade da experiência histórica humana. A própria ideia de ‘construção’ social, como nos lembra a autora, requer uma metáfora que remete ao mundo físico (TAYLOR, 2024, p. 10). As *affordances* do ambiente sobre o qual uma dada sociedade se edifica influem na natureza e quantidade de metáforas de que dispõe para construir semioticamente seu mundo. Este, por sua vez, influencia o tipo de uso que ela pode vir a fazer dessas metáforas, dando sequência a um ciclo descentralizado e não determinista de produção de significado.

Podemos questionar até que ponto esse ‘retorno ao material’ faz jus à complexidade dos debates que marcaram a filosofia da história nas últimas décadas. A materialidade das *affordances* que embasam o pensamento não foi o único ângulo pelo

qual as proposições do *Linguistic Turn* sofreram críticas e, mesmo no auge da virada, o construcionismo mais radical nunca foi um consenso. As escolhas de Taylor fazem mais sentido se considerarmos que a autora atua no campo dos estudos literários. Este foco explica alguns dos vieses e limitações de sua abordagem, embora não impeça a obra de tecer considerações de ordem histórica com implicações que vão além da literatura.

Há, especificamente, um esforço de construir uma história alternativa do colonialismo na Irlanda. Em contextos coloniais, a autora explica, humanos e matéria constroem os alicerces para o desenvolvimento de formas predatórias de exploração – econômica, política e semiótica. Taylor cita o trabalho de Kathryn Yusoff (2018), que interpreta a hierarquização racial entre seres humanos – e, eventualmente, a escravidão – como resultado tardio de um processo material-semiótico de longa duração iniciado com a hierarquização da própria matéria. Em uma linha semelhante, Taylor reinterpreta a história colonial da Irlanda anterior à *An Gorta Mór* (a Grande Fome Irlandesa de 1845 a 1852) a partir de cinco personagens não humanas: metal, linho, rocas, lama e porcos.

O capítulo 1, *Coins*, inaugura sua metodologia ao narrar como a implementação de uma moeda colonial no século XVIII configurou um “indicativo literal e simbólico da subjugação da Irlanda à Grã-Bretanha” (TAYLOR, 2024, p. 29). Tais moedas foram instrumentais para a popularização da personificação imagética da Irlanda como *Hibernia*, uma figura passiva, concebida em oposição à sua contraparte metropolitana, a sempre armada *Britannia*. Por se tratar de uma referência à herança clássica, *Hibernia* teria dissociado a Irlanda da tradição artística gaélica pré-moderna, uma vez que a ilha nunca integrou o Império Romano. Taylor aborda estas moedas como um exemplo de *storied matter*, “uma “trama” de sentidos, propriedades e processos nos quais atores humanos e não humanos estão interligados em redes que produzem forças [...] significativas” (IOVINO; OPPERMANN, 2014, pp. 1–2). Segundo a autora, o primeiro dinheiro a ostentar *Hibernia* foi o chamado *Limerick Money*, moedas sobrecunhadas a partir de espécimes jacobitas produzidos com o bronze de canhões derretidos às pressas durante a Guerra Guilhermina (1689-1691).

Em um contexto de formação incipiente do caráter da nação, tal contingência informou uma trama na qual a Irlanda passou a ser entendida como uma terra não apenas derrotada, mas também desvalorizada e falsificada pela conjuntura colonial. Taylor identifica essa visão em diversas produções culturais do período – notavelmente, obras literárias pertencentes a dois gêneros específicos.

O primeiro são as *it-narratives*, uma variedade de romance popular no mundo anglófono no século XVIII, em que objetos, e não pessoas, atuavam como protagonistas. *The Adventures of a Bad Shilling in the Kingdom of Ireland* (1805-1806), por exemplo, acompanha a história de uma estátua do deus do sol na Irlanda pagã, re-

petidamente derretida e desvalorizada ao longo dos séculos até terminar seus dias como um *shilling* falsificado perdido nas ruas de Dublin. O segundo é o gênero da *aisling* (em irlandês, “aparição” ou visão”), um tipo de poema gaélico em que a Irlanda era personificada como uma mulher empobrecida, amiúde sujeita à prostituição e à violência sexual (metáforas, nesses textos, da humilhação colonial). Para Taylor, o resultado cumulativo deste processo de formação material-semiótico teria sido uma concepção distintamente generificada do papel submisso da Irlanda em relação à Inglaterra. Este caráter teria ressoado – e facilitado – as transformações sociais implicadas pela evolução da economia colonial, que transformaram mulheres irlandesas em provedoras de suas respectivas famílias.

O capítulo 2, *Flax*, acompanha esses desenvolvimentos econômicos e seus efeitos na relação entre os gêneros. O caso estudado por Taylor é o da indústria do linho, material em alta demanda em razão de seu uso nas indústrias naval e de papel, mas também para a produção de têxteis de luxo no restante do Império Britânico. A autora argumenta que o linho “não foi apenas uma tela passiva”, mas um “organismo complexo” que “ativamente contribuiu para o desenvolvimento do caráter irlandês” (TAYLOR, 2024, p. 66). Essa planta era tradicionalmente tratada em pântanos, em razão da grande quantidade de água necessária para processar suas fibras. Esse processo, no entanto, dependia de métodos violentos, que iam da quebra das hastes de madeira ao uso de ácido sulfúrico para o embranquecimento do tecido – aplicação que modificava permanentemente a composição química das fibras. Como a autora argumenta, a implementação de uma indústria capaz de extrair matéria dos pântanos – ecossistema bruto, associado desde a época pré-moderna a rebeldes gaélicos (MARINO CARVALHO, 2022, pp. 77-81), – destruí-la por meio da força e recompô-la em artigos de luxo, reconhecidos por sua fineza e brancura, foi instrumental para o desenvolvimento de uma ideologia colonial calcada na emancipação violenta. Taylor nota a sincronia entre a ascensão da indústria têxtil na ilha e a transformação semântica do termo inglês *improvement*. De um ato associado ao tornar [algo] lucrativo, o termo adquiriu um sentido distintivo de “tornar melhor” [*making better*], em um sentido moral e não apenas financeiro (TAYLOR, 2024, p. 75). Dentro dessa lógica, o linho pode ser visto como um “agente micro material a serviço de um projeto imperial mais amplo”, capaz de “reenquadrar o caráter irlandês”, do “agressor gaélico do período pré-moderno, [cuja] violência simbolicamente justificava a opressão inglesa” a uma natureza “submissa, cooperativa e, crucialmente, feminina” (TAYLOR, 2024, p. 81).

As relações entre materialidade e gênero na economia colonial aparecem de forma ainda mais evidente no capítulo 3, *Spinning Wheels*, focado na agência das rocas na vida doméstica da Irlanda. Taylor argumenta que “a experiência do movimento da roca [...] ajudou a reforçar o próprio conceito de uma consciência humana

interior e ativa” (TAYLOR, 2024, pp. 106–07), tal como expressa em textos escritos por (e/ou sobre) mulheres na época. O ato de tecer na Irlanda rural era praticado coletivamente em ambientes domésticos. Esses espaços propiciaram a mulheres um fórum privilegiado, exclusivamente feminino, de comunicação e coordenação. A tecelagem era frequentemente acompanhada por canções, que, em razão de seu de idioma (o irlandês, desconhecido por boa parte da elite inglesa protestante) e seu caráter oral, “dava[m] às tecelãs-compositoras a segurança para expressar” ideias “que de outra maneira poderiam irreverente e perigosamente minar a masculinidade irlandesa” (TAYLOR, 2024, p. 116). Como resultado, ao mesmo tempo em que contribuía para uma ordem econômica de submissão colonial, amparada por uma ideologia generificada que retratava a Irlanda como uma mulher passiva, a roca tornou-se “polemicamente alinhada com um *ethos* e uma mente feministas”, “coloca[n]do] a possibilidade de reação irlandesa violenta”, outrora esperada de homens em idade militar, “nas mãos e mentes de mulheres” (TAYLOR, 2024, pp. 107,140).

O capítulo 4, *Mud*, retorna a associação entre irlandeses e pântanos abordada anteriormente. Desta vez, o foco de Taylor está na lama. Para a autora, sua relevância reside tanto na associação colonial entre incivilidade e sujeira — ubíqua no discurso colonial britânico sobre a Irlanda — como nas *affordances* materiais do *bothán*: tradicional casa irlandesa feita quase exclusivamente de barro, tida até os dias de hoje como símbolo de miséria e retrocesso.² O capítulo é uma extensa desconstrução desta associação, em que a obsessão colonial por limpeza é sujeita ao escrutínio. Segundo a autora, *botháin* se popularizaram como uma habitação popular no século XVII por dispensarem ferramentas complexas, mão de obra especializada e materiais mais caros como tijolos e madeira. Tais vantagens se provaram significativas em um contexto em que muitos irlandeses viviam em uma “paisagem destruída” por uma economia extrativista, carecendo de terras e de recursos para plantar árvores ou explorar recursos minerais (TAYLOR, 2024, p. 147). Ecoando argumentos de Caoimhín Ó Danachair (1980), Taylor descreve os *botháin* como um exemplo de “harmonia ambiental”: um modelo de habitação humana que não acarreta os estragos inerentes ao desmatamento ou mineração. Segundo Ó Danachair, a despeito de sua aparência rudimentar, *botháin* possuíam inclusive vantagens em relação a casas de alvenaria — paredes de lama, notavelmente, “respiram”, permitindo melhor circulação interna do ar (TAYLOR, 2024, p. 152). Essas características explicam por que

² Taylor cita uma réplica de *bothán* construída pelo University College Cork em 2018, como parte de um evento em homenagem às vítimas da fome de 1845-52. O projeto explicitamente ligava a pobreza material de camponeses irlandeses, exemplificados pela casa, e o alto número de vítimas da calamidade (TAYLOR, 2024, p. 144).

tais casas se provaram populares mesmo entre irlandeses abastados, que teriam de outra forma condições de construir habitações em estilo inglês. Este é o capítulo em que Taylor articula de forma mais direta como a história pode nos ajudar a “reprender nossa posição inserida em um ambiente terreno que se encontra em crise”, retificando o apagamento de um “sistema ecológico humano-não-humano inteiro, e todas as suas possibilidades” pela tragédia do colonialismo (TAYLOR, 2024, p. 183).

Certas escolhas interpretativas mobilizadas para defender essa posição deverão causar estranhamento em historiadores. Taylor, por exemplo, atribui a Sydney Owenson, autora do romance *Florence MacCarthy: An Irish Tale* (1818), uma “visão pós-humanista da choupana [de lama, i.e. *bothán*]”, aludindo ao leque de movimentos intelectuais que visam colapsar as distinções entre humanos e não humanos (TAYLOR, 2024, p. 179). Taylor não foi a primeira autora a atribuir o conceito de “pós-humano” à Irlanda pré-industrial (cf. p. ex. KEMPTON, 2016). Nesse ponto, ela se insere na linha de autores como Katherine Hayles, em sua declaração (inspirada por Bruno Latour (2009 [1991])) de que “sempre fomos pós-humanos” (HAYLES, 1999, p. 291) ou de Francesca Ferrando, em seu juízo de que a condição pós-humana “data do início da civilização documentada” (FERRANDO, 2016, p. 243). Trata-se de uma posição arriscada, quando não paradoxal, para uma análise histórica, que glosa sobre o que Haraway bem chamou de “a ferocidade e especificidade do agora”: o contexto intelectual cibernético, pós-moderno, pós-estruturalista em que as vertentes do pós-humanismo se firmaram (GANE, 2006, p. 146). Leitores mais céticos deverão ter em mente que, a despeito das implicações inerentes ao prefixo “pós-”, o pós-humanismo não necessariamente carrega um argumento temporal, referindo-se apenas, amiúde, a refutações da universalidade do humanismo liberal — ou a ‘condições humanas’ — para usar um termo caro a seus praticantes — que nunca foram apropriadas por esta tradição.³

Taylor encerra sua análise com *Pigs*, o único capítulo de seu livro voltado a uma espécie animal. É, também, a seção em que se debruça sobre um intervalo histórico mais amplo, acompanhando a trajetória de relações entre humanos e suínos desde a Idade Média. Como Taylor aponta — e Dolly Jørgensen (2024) mais recentemente descreveu em sua monografia *The Medieval Pig* — o porco passou por mudanças radicais durante a Primeira Modernidade: de um animal fisicamente próximo aos javalis — amiúde criados soltos em florestas, às raças contemporâneas, adaptadas à vida doméstica. No período medieval, os porcos eram associados à ferocidade — tanto positivamente, em alusões na poesia bárdica, quanto negativamente, na obra

³ Para uma discussão da polissemia e complexidade dos pós-humanismos, cf. (BRAIDOTTI, 2013; DOMANSKA, 2019)

de apologistas da conquista inglesa como o cronista Giraldus Cambrensis (TAYLOR, 2024, pp. 186, 202–203). No século XVIII, famílias coabitavam com um porco familiar, que era eventualmente vendido para o abate. A dependência financeira para com o animal deu origem a caricaturas de porcos como provedores de famílias rurais (TAYLOR, 2024, p. 191). Tal como no capítulo anterior, Taylor subverte a ênfase colonial nas “qualidades suínas [negativas] em corpos e comportamentos irlandeses”, interpretando tais atitudes como “testemunho de uma cena pós-humanista de aliança democrática entre porcos e terratenentes” (TAYLOR, 2024, p. 201). Neste capítulo, formulações provocativas como essa infelizmente não recebem um fundamento teórico à altura. Embora a autora reconheça que há diferenças importantes entre sua abordagem e os estudos animais (TAYLOR, 2024, p. 184), ela não se debruça sobre a prolífica discussão acerca da natureza da agência animal *vis-à-vis* a agência humana (ex. DESPRET, 2014; DOMÁNSKA, 2017; HOWELL, 2018).

Irish Materialisms constitui a apologia de um método mais do que uma simples análise da literatura irlandesa do século XVIII. Como resultado, seu sucesso, de certa forma, depende do quanto consegue convencer outros historiadores do valor de incorporarem (ou, ao menos, dialogarem com) o Novo Materialismo.

Boa parte das fontes levantadas pela autora inscrevem-se no longo século XVIII. No entanto, muitos de seus argumentos ecoam abordagens ecocríticas de textos irlandeses pré-modernos, como os capítulos medievais da recente coletânea *A History of Irish History and the Environment* (SEN, 2022) deixam claro. Nem todas as evidências apresentadas por trabalhos como esse se agregam à narrativa de Taylor, considerando a natureza distinta da colonização inglesa antes do século XVII e o fato de que elementos que a autora atribui à sujeição imperial britânica podem, quiçá, ser encontrados também em fontes gaélicas anteriores à Ascendência Protestante. À guisa de exemplo, seria o aceno à cultura clássica por trás da figura de Hibernia, ela própria exemplo de um tipo de estereótipo neoclássico cuja pervasividade na iconografia europeia não é devidamente considerada, necessariamente um ‘divórcio’ em relação à tradição gaélica, considerando o longo histórico de tradução e de referências a textos da antiguidade clássica em fontes vernáculas medievais irlandesas (CLARKE; POPPE; TORRANCE, 2024)? Em que medida a personificação da Irlanda dentro de uma lógica explicitamente generificada difere de personificações femininas da Irlanda já presentes em fontes gaélicas pré-modernas? Amy Mulligan identifica as origens da tradição moderna da *aisling*, analisada por Taylor, na figura medieval da *cailleach*, personificação da soberania de um reino, amiúde retratada

como uma mulher selvagem, quando não explicitamente “feita” de natureza.⁴ Tal como no gênero da *aisling*, a opressão colonial é metaforicamente traduzida pela linguagem da violência sexual, a *cailleach* também é ‘domesticada’ por meio de “um beijo ou ato sexual, nem sempre consensual” (MULLIGAN, 2022, p. 40).

A própria ideia de ‘domesticação’ traz à discussão transformações no campo semântico do ato de ‘cultivar’ (em latim, *colo*, de onde *colonus* e *colonia*) observadas durante o período do senhorio da Irlanda (séculos XII-XVI). Como Peter Crooks demonstrou, fontes do século XII, como o poema anônimo *La Geste des Engleis en Yrlande* e a obra *Expugnatio Hibernica* de Giraldus Cambrensis, frequentemente utilizam imagens agrícolas para descrever e justificar a colonização estrangeira da ilha (CROOKS, 2022, pp. 63–65). Nos séculos XIV e XV, tais ideias se cristalizaram em um retrato do caráter irlandês como o de um povo selvagem, ocupando — mas incapaz de se ‘enraizar’ em — uma terra “vazia” (*vacuam*) (CROOKS, 2022, p. 67). Em um desenvolvimento que lembra a transformação violenta do linho descrita por Taylor, este processo semiótico adquire particular violência no início do século XVII, quando o procurador geral da Irlanda, Sir John Davies, traça um paralelo entre a “quebra” da terra pelo arado e a “quebra” de um povo rebelde pela guerra e massacre.⁵ Há um possível paralelo — ou, ao menos, uma lógica em comum — entre este desenvolvimento semântico e a evolução do sentido de *improvement* identificado por Taylor no século XVIII. Em ambos os casos, a materialidade específica das bases de uma economia colonial (o cultivo e exportação de grãos na Idade Média, a indústria do linho na Era Moderna), serviu de *affordance* para a consolidação de uma “ideologia de colonização” e um “vocabulário da colônia” não [...] apenas descritivo, mas explicitamente argumentativo” e constituinte de uma realidade social (CROOKS, 2022, p. 67).

Até que ponto as *storied matters* analisadas por Taylor diferem das tramas material-semióticas analisadas por Mulligan e Crooks? No fundo, a questão integra um problema mais delicado, bem conhecido dos medievalistas desde ao menos

⁴ (MULLIGAN, 2022, p. 40) O poema do século XIII *Bean ós mhnáibh cáich Caille[each] Dé*, por exemplo, homenageia uma mulher chamada Cailleach Dé, da qual “castanhos são seus cachos, verde e pintalgada sua coroa” (*donn a cuach ballghlas a beann*). A palavra irlandesa *beann* tem o sentido de uma peça de roupa que cobre a cabeça — algo a que o próprio termo *cailleach* (“[mulher] velada”) alude — mas também pode significar “galharda” de um animal ou “cume” de uma montanha. O adjetivo *ballghlas* — de *ball* (“pintas” ou “manchas”) e *glas* (cor que abrange tanto “verde” quanto “cinza”) sugere que essa ambiguidade foi intencional (MCKENNA, 1939 [1935], pp. 1-5).

⁵ “(...) *the Husbandman must first break the Land, before it bee made capeable of good feede: and when it is thoroughly broken and manured, if he do not forthwith cast good feed into it, it will grow wilde again, and beare nothing but Weeds. So a barbarous Country must be first broken by a warre, before it will be capeable of good Gouernment; and when it is fully subdued and conquered, if it bee not well planted and gouerned after the Conquest, it will eft-soones return to the former Barbarisme.*” (DAVIES, 1747 [1612], pp. 8-9).

a “virada decolonial” da segunda metade do século passado: até que ponto o *colonialismo* da modernidade europeia difere das inúmeras *colonizações* observadas na Cristandade Latina antes do século XVI (CROOKS, 2022)? E o que essas possíveis convergências significam para o excepcionalismo inerente às grandes narrativas sobre a conquista europeia do globo?

À primeira vista, tais questões podem soar tangenciais aos circunscritos estudos de caso analisados por Taylor. Não obstante, para além de suas contribuições à história da Irlanda, *Irish Materialisms* traz uma crítica ao próprio legado intelectual do Iluminismo, que “separ[ou] o humano da natureza, conceitual e fisicamente”, criando um abismo entre pessoas e seu ambiente, “cada vez mais ratificado em serviço de estruturas de poder político” (TAYLOR, 2024, pp. 182, 184, 189). Tal crítica sofre, em alguns momentos, de uma visão excessivamente coesa de seu objeto de ataque. Abraçar a complexidade das diversas — e, às vezes, contraditórias — ideias que hoje chamamos de ‘Iluminismo’, por exemplo, teria permitido à obra não apenas reconhecer aquilo que foi perdido, mas também promover um resgate mais ostensivo de “passados possíveis” (PALMER, 2022), capazes de informar nosso trato com o presente.

Taylor se soma ao crescente número de trabalhos que sustentam que a emergência climática antropocênica não é apenas resultado de uma lógica político-econômica incompatível com as *affordances* materiais da vida humana, mas de uma crise de imaginação (OZIEWICZ, 2022). Nós nos esquecemos como (ou nos dissuadimos de) buscar formas alternativas de conceitualizar nossas relações com o não humano. Neste sentido, o livro aborda questões similares a — e agrada a leitores de — obras como *The Ecological Plot: How Stories Gave Rise to a Science* de John MacNeill Miller (2024), e *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*, de José Augusto Pádua (2002). A partir de *corpora* distintos (inglês e luso-brasileiro, respectivamente), estes trabalhos demonstram como a imaginação literária e a lógica narrativa estiveram no cerne do pensamento sobre as relações entre humanos e natureza nos séculos XVIII e XIX. E como, ao resgatar tais tradições, as humanidades podem (re)encontrar seu espaço de atuação frente aos dilemas ambientais do presente.

Fontes

- MCKENNA, Lambert (Ed.) *Aithdioghluim Dána*. Dublin: Irish Texts Society, 1939 [1935]
DAVIES, John. *A discoverie of the true causes why Ireland was neuer entirely subdued, nor brought vnder obedience of the crowne of England, vntill the Beginning of His Majesties happie Raigne*. Londres: A. Millar, 1747 [1ª Edição 1612].

Referências Bibliográficas

- BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs*, vol. 28, n° 3, 2003, p. 801–831. Doi: <https://doi.org/10.1086/345321>
BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. 1ª edição Durham e Londres: Duke University Press, 2010
BLOCH, Marc. *Apologia da história: Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 [1ª edição 1949].
BRAIDOTTI, Rosa. Posthuman Humanities. *European Educational Research Journal*, vol. 12, n° 1, 2013, pp. 1–19. Doi: <https://doi.org/10.2304/eeerj.2013.12.1.1>
CLARKE, Michael; POPPE, Erich; TORRANCE, Isabelle (Eds.). *Classical Antiquity and Medieval Ireland: An Anthology of Medieval Irish Texts and Interpretations*. 1ª edição Londres: Bloomsbury, 2024.
CROOKS, Peter. Colony. In: ARMSTRONG, Jackson. CROOKS, Peter; RUDDICK, Andrea (Eds.). *Using Concepts in Medieval History: Perspectives on Britain and Ireland, 1100–1500*. 1ª edição. Cham: Springer, 2022. pp. 51–71.
DESPRET, Vinciane. *Que diraient les animaux, si... on leur posait les bonnes questions?* Paris: La Découverte, 2014.
DOMANSKA, Ewa. Posthumanist History. In: TAMM, Marek; BURKE, Peter (Eds.). *Debating New Approaches to History*. 1ª edição. Londres, Nova York: Bloomsbury Publishing PLC, 2019, pp. 327–352.
DOMANSKA, Ewa. Animal History. *History and Theory*, vol. 56, n° 2, 2017, pp. 267–287. Doi: <https://doi.org/10.1111/hith.12018>
FERRANDO, Francesca. Humans Have Always Been Posthuman: A Spiritual Genealogy of Posthumanism. In: BANERJI, Debashish; PARANJAPE, Makarand R. (Eds.). *Critical Posthumanism and Planetary Futures*. 1ª edição. Nova Delhi: Springer India, 2016, p. 243–256.
GANE, Nicholas. When We Have Never Been Human, What Is to Be Done?: Interview with Donna Haraway. *Theory, Culture & Society*, vol. 23, n° 7–8, 2006, p. 135–158. Doi: <https://doi.org/10.1177/026327640606069228>
GARRAD, Gerrard. *Ecocrítica*. 1ª edição. Brasília: Editora da UnB, 2006.
GIBSON, James. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Nova York: Psychology Press, 2014 [1ª edição 1979]
HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, vol. 14, n° 3, 1988, p. 575–599. Doi: <https://doi.org/10.2307/3178066>

- HAYLES, Katherine. *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*. 1ª edição. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- HOWELL, Philip. Animals, Agency, and History. In: KEAN, Hilda; HOWELL, Philip (Eds.). *The Routledge Companion to Animal-Human History*. Londres: Routledge, 2018, pp. 197-221.
- IOVINO, Serenella; OPPERMAN, Serpil. *Material Ecocriticism*. 1ª edição. Bloomington: Indiana University Press, 2014.
- JØRGENSEN, Dolly. *The Medieval Pig*. 1ª edição. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2024.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. COSTA, Carlos Irineu da (Trad.). Rio de Janeiro (RJ): Editora 34, 2009 [1ª edição 1991].
- MARINO CARVALHO, Vinicius. *War, Hazards, and Economic Degradation in Thomond, 1276-1318: Agent-Based Approaches to the Uí Bhráin Civil War*. Tese de Doutorado, História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2022
- MILLER, John. MacNeill. *The Ecological Plot: How Stories Gave Rise to a Science*. 1ª edição. Charlottesville: University of Virginia Press, 2024.
- MULLIGAN, Amy. Landscape and Literature in Medieval Ireland. In: SEN, Malcolm. (Ed.). *A History of Irish Literature and the Environment*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. pp. 33-51.
- Ó DANACHAIR, Caomhín. Cottier and Landlord in Pre-Famine Ireland. *Béaloideas*, vol. 48/49, 1980, pp. 154-165. Doi: <https://doi.org/10.2307/20522162>
- OZIEWICK, Marek. Introduction: The Choice We Have in the Stories We Tell... In: OZIEWICK, Marek; ATTEBERY, Brian; DĚDINOVÁ, Tereza (Eds.). *Fantasy and Myth in the Anthropocene*. 1ª edição. Londres: Bloomsbury, 2022. pp. 1-12.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PALMER, Patricia. 'Another Past Was Possible: Mapping the Path from MACMORRIS to Port Hartcourt'. In: BAKER, David; PALMER, Patricia (Eds.). *Early Modern Criticism in a Time of Crisis*. Santa Barbara: EMC Imprint, 2022.
- SCHOUWENBURG, Hans. Back to the Future? History, Material Culture and New Materialism. *International Journal for History, Culture and Modernity*, vol. 3, 2015, pp. 59-72. Doi: <http://doi.org/10.18352/hcm.476>
- SEN, Malcolm (Ed.). *A History of Irish Literature and the Environment*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- TAYLOR, Colleen. *Irish Materialisms: The Nonhuman and the Making of Colonial Ireland, 1690-1830*. 1ª edição. Oxford, Nova York: Oxford University Press, 2024.
- YUSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocenes or None*. 1ª edição. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

Recebido: 15/08/2025 – Aprovado: 06/03/2026

Editores Responsáveis

Maria Cristina Correia Leandro Pereira e Miguel Palmeira